

2

Brasil:
experiência de pagamento
afetada pelo cenário
econômico desafiador

2

Participantes

3

**Práticas e
comportamento
de pagamento**

6

**Experiência de
pagamento por setor**

PANORAMA

Brasil: pesquisa de pagamentos

MARÇO 2017

PUBLICAÇÕES ECONÔMICAS COFACE



A Coface realiza estudos de pagamento para diversas economias, incluindo China, Marrocos e Alemanha. Esta pesquisa marca a primeira edição desse estudo no Brasil,

cujo objetivo é entender melhor os hábitos de pagamento corporativos no país e a saúde de sua economia.

Atualmente, as empresas brasileiras se deparam com um ambiente desafiador. O PIB sofreu uma contração acumulada estimada em 7,4% durante o período de 2015 e 2016. As condições de crédito deterioraram, em um cenário onde a oferta ficou mais restrita e a taxa de juros mais alta (tendência finalmente começou a ser

revertida em outubro de 2016). Além disso, a Operação Lava-Jato — a maior e mais longa investigação de corrupção já feita pela Polícia Federal brasileira — teve um papel importante na situação econômica do país. Ela não só influenciou o desempenho de grandes conglomerados envolvidos no escândalo, como também impactou a atuação de empresas que dependem de vendas para os grupos sob investigação. O ano de 2017 está só começando, e a previsão do PIB deste ano não é promissora. Embora a economia deva sair da recessão, o crescimento deve ser limitado a 0,4%.

O ambiente econômico desafiador ofuscou o comportamento de pagamentos das empresas. Nosso estudo sobre

pagamentos revelou que, em 2015, 75% das empresas entrevistadas receberam de seus clientes solicitações de prorrogação de pagamento. Além disso, a maioria (58%) dos entrevistados notou um aumento em suas taxas de inadimplência em 2015, em comparação com 2014. O resultado para 2016 foi mais dividido. De acordo com a pesquisa para 46 % das empresas a experiência de pagamentos em 2016 sofreu uma deterioração, em comparação ao ano anterior. A mesma porcentagem informou que a situação se manteve estável em 2016, enquanto uma minoria de 8% notou melhorias.

OUTROS PANORAMAS DO GRUPO ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

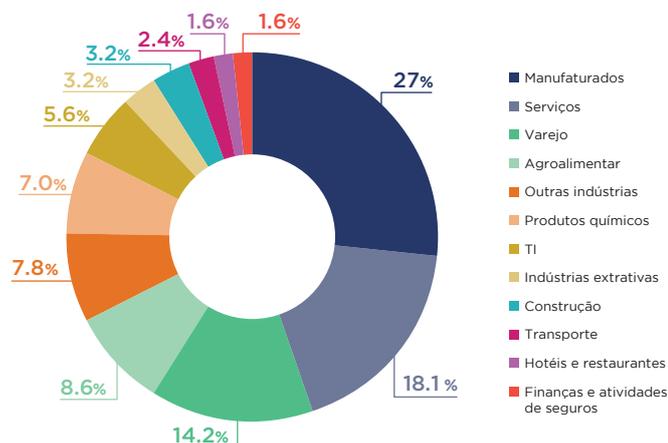
<http://www.coface.com/news-publications/publications>

coface
FOR SAFER TRADE

**Patricia KRAUSE**Economista
América Latina

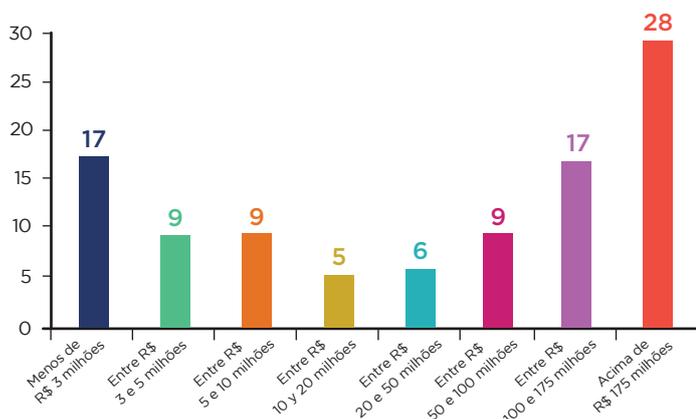
Brasil: experiência de pagamento afetada pelo cenário econômico desafiador

Gráfico n° 1
Principais setores de atuação



Fonte: Coface

Gráfico n° 2
Faturamento (ano 2015)



Fonte: Coface

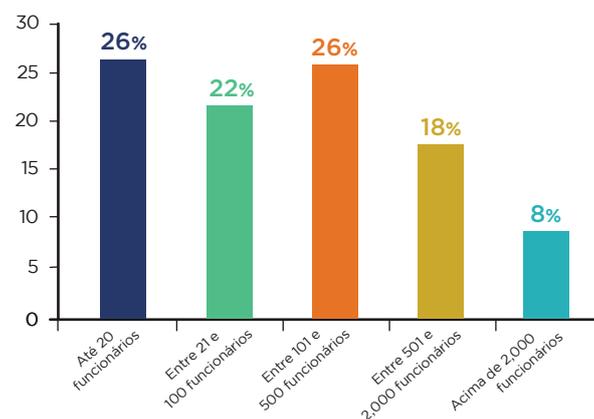
1 OS PARTICIPANTES

A Pesquisa de pagamento, composta por 22 perguntas, foi conduzida em 2016, com uma amostra de 126 empresas. Entre os entrevistados (gráfico 1), 27% eram do segmento de manufatura, 18,3% eram do setor de prestação de serviços, 14,3% do varejo, 8,7% do setor agroalimentar e 7,1% do setor de químicos. Juntos, esses cinco setores representam 75,4% da amostra.

Em relação ao tamanho das empresas entrevistadas (gráfico 2), a maioria (28 %) possui um faturamento anual superior a R\$ 175 milhões (aproximadamente US\$ 52,5 milhões). As empresas com vendas na faixa entre R\$ 100 e 175 milhões representam 17% do total, assim como as empresas com faturamentos inferiores a R\$ 3 milhões. Em relação ao número de funcionários (gráfico 3), a proporção de empresas nas faixas de até 20 funcionários, entre 21 e 100 e entre 101 e 500, foi muito semelhante, representando 26%, 22% e 26%, respectivamente.

Por fim, no que tange ao mercado de atuação, apenas 13% das empresas entrevistadas têm como principal foco a venda para o mercado externo. Isso está de acordo com a natureza muito fechada da economia brasileira, com poucos acordos comerciais e com um total de exportações responsável por apenas 12,8% do PIB.

Gráfico n° 3
Número de funcionários (ano 2015)



Fonte: Coface

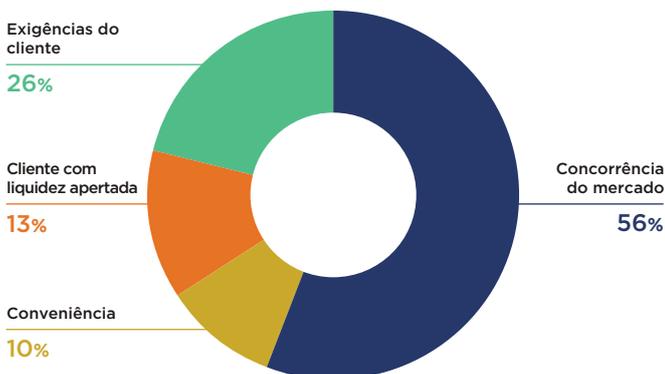
2 PRÁTICAS E COMPORTAMENTO DE PAGAMENTO

A concessão de vendas a prazo é uma prática muito comum no Brasil. Quase toda nossa amostra (97%) oferece essa possibilidade a seus clientes. A principal razão (gráfico 4) (56%) é a concorrência extremamente alta no mercado. Exigências de clientes (26%), liquidez apertada de clientes (13%) e conveniência (10%) também figuraram entre os motivos mencionados. No entanto, tivemos um número surpreendentemente baixo de empresas que citaram problemas de liquidez de clientes (mesmo com um ambiente macroeconômico fraco). A economia passou por uma forte recessão (é previsto que o PIB tenha diminuído 7,4% em dois anos até 2016) e as condições apertadas de crédito. O spread bancário médio referente às operações com recursos livres destinados ao segmento de pessoas jurídicas atingiu 16,9% ao ano em dezembro de 2016 – um aumento de 1,9 pontos percentual em 12 meses.

O método usado com mais frequência para pagamento de contas (gráfico 5) é o boleto bancário (61%), seguido pela transferência bancária (36%) e, finalmente, pagamentos com cheque (3%), uma prática que vem perdendo popularidade ao longo dos anos. Além disso, para 87% dos participantes, o prazo médio de vendas (gráfico 6) é inferior a 90 dias, com a maior parte no intervalo entre 30 e 60 dias (43%).

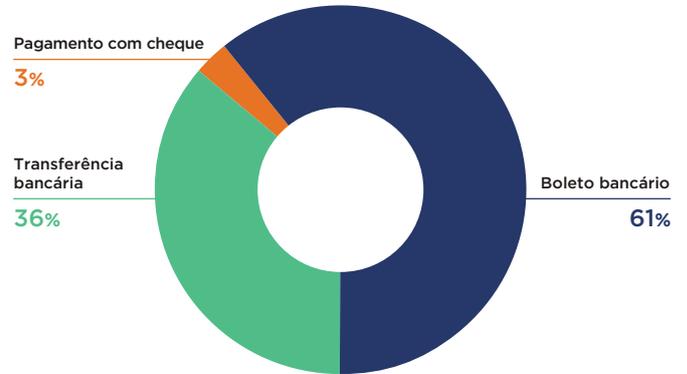
Claramente as empresas não estão imunes à crise. Para exemplificar, 75% de nossa amostra relatou ter recebido solicitações de prorrogação de pagamentos durante o ano passado. Além disso, a maioria (58%) dos entrevistados notou um aumento em suas taxas de inadimplência em 2015, em comparação com 2014. O resultado para 2016 foi mais dividido. Notou-se que as experiências de pagamento foram se deteriorando, em comparação ao ano anterior, em 46% das empresas. A mesma porcentagem argumentou que o indicador permaneceu estável em 2016, enquanto apenas uma minoria de 8% notou melhoras.

Gráfico nº 4
Principal razão para a oferta de vendas a prazo



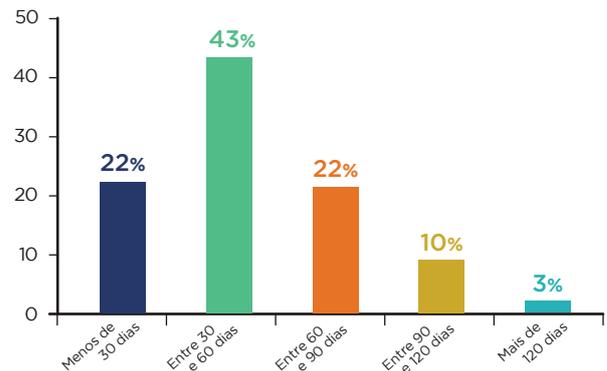
Fonte: Coface

Gráfico nº 5
Métodos de pagamento



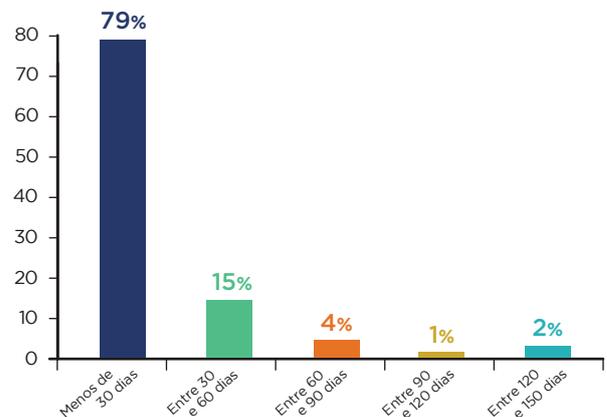
Fonte: Coface

Gráfico nº 6
Prazo médio de vendas a crédito



Fonte: Coface

Gráfico nº 7
Média de dias em atraso



Fonte: Coface





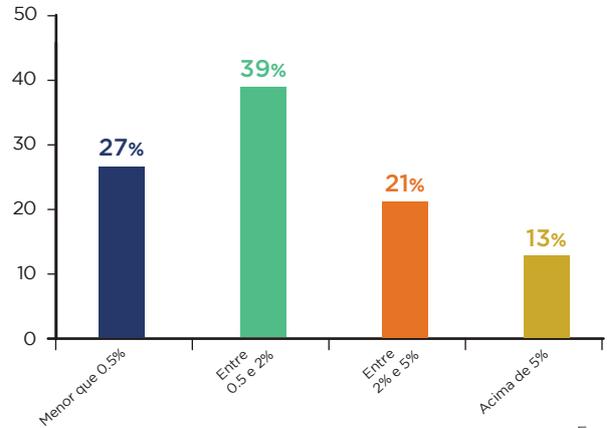
Também vale mencionar que a grande maioria (79%) alegou que, em média, os atrasos não excedem 30 dias (gráfico 7). Os atrasos em pagamentos superiores a 60 dias foram responsáveis por apenas 7% da amostra total. Por fim, a proporção do montante vencido sobre o faturamento total (gráfico 8) oferece um bom indicativo dos riscos aos quais as empresas se expõem. Apenas 13% das empresas relataram uma proporção maior que 5%. A maioria dos participantes (39%) relatou que os atrasos representam entre 0,5% e 2% de seu faturamento.

Dificuldade financeira foi o principal argumento (57%) informado pelos clientes ao solicitarem extensões de pagamento (gráfico 9). As altas taxas de inadimplência em suas próprias carteiras de clientes foram a segunda maior razão, seguida por problemas de gestão de clientes.

Também perguntamos aos participantes sobre os principais fundamentos (econômicos ou políticos) que impactaram o desempenho de seus clientes. As seis possíveis respostas eram (gráfico 10): a recessão econômica, a instabilidade política, os mercados externos, as taxas de juros altas, as taxas altas de desemprego e outros motivos. Entre essas respostas, a recessão foi citada por 81% dos entrevistados, seguida pelo cenário político turbulento (6%) e "outros motivos" (também com 6%).

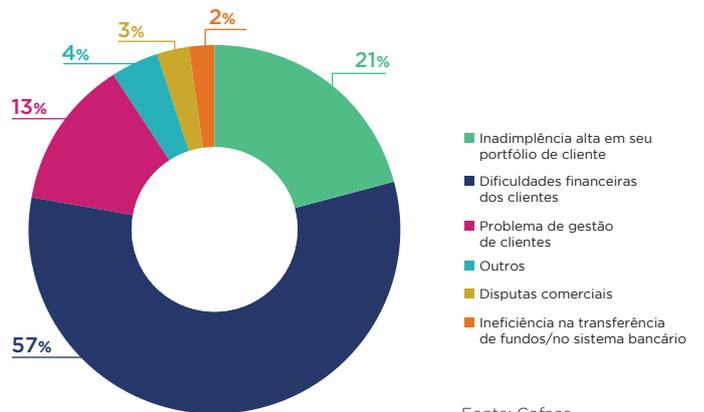
O PIB tem diminuído já há sete trimestres seguidos, acumulando uma queda de 4,4% nos quatro trimestres que antecedem o 3T2016. Além disso, os números preliminares sugerem que o último trimestre de 2016 foi marcado por mais uma queda. A Coface prevê uma pequena recuperação de 0,4% no PIB em 2017.

Gráfico nº 8
Montante vencido/faturamento de vendas



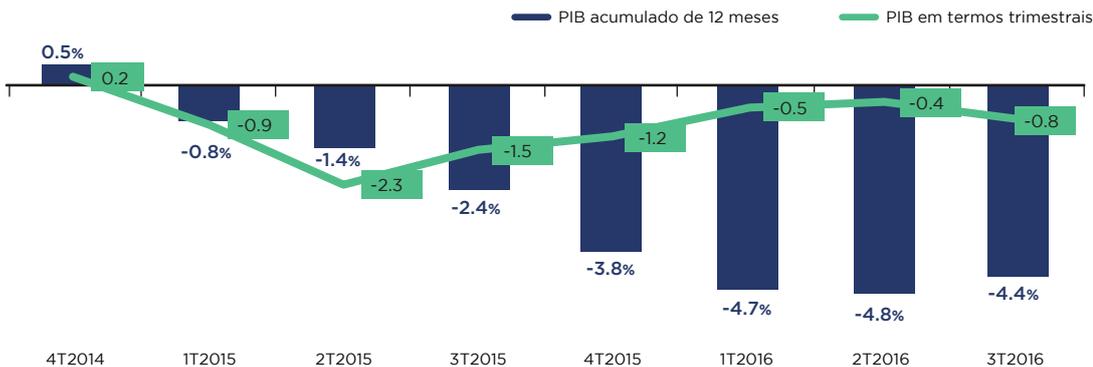
Fonte: Coface

Gráfico nº 9
Principal motivo para vendas a prazo



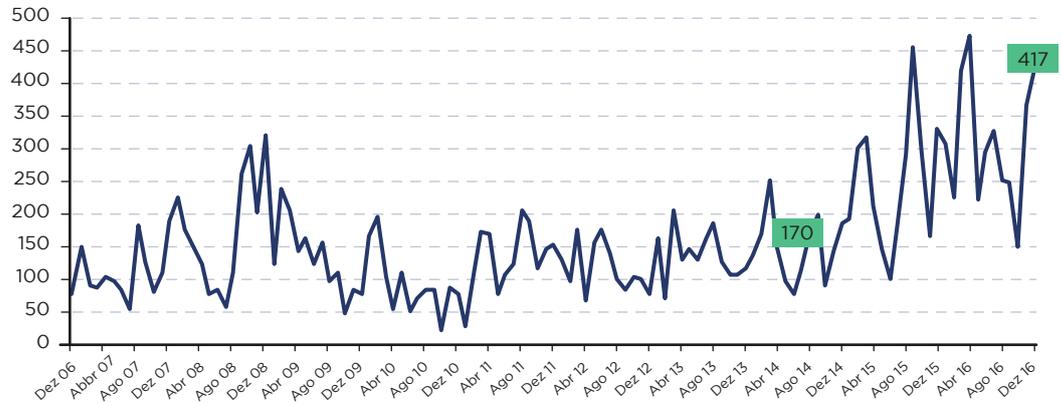
Fonte: Coface

Gráfica nº 10
Crescimento do PIB no Brasil



Fonte: IBGE

Gráfico n° 11
Brasil- Índice de instabilidade política (EPU, em inglês)



Fonte: Economic Policy Uncertainty

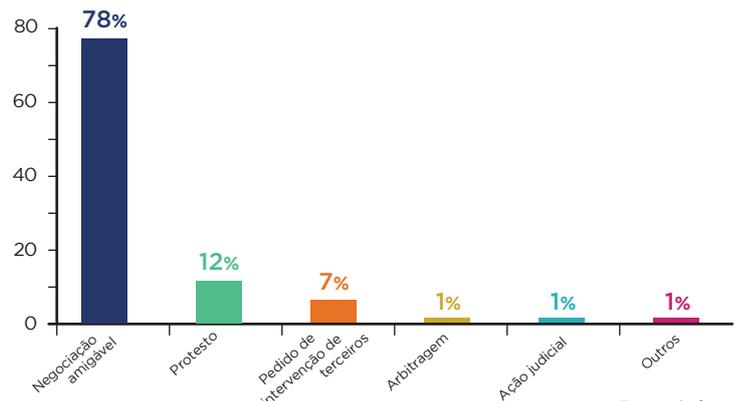
A instabilidade política (gráfico 11) é alta e é improvável que a situação seja mitigada em curto prazo. A Operação Lava-Jato, que realiza investigações desde março de 2014, está no centro dessa instabilidade. A Polícia Federal brasileira investiga escândalos de propina envolvendo a estatal Petrobras, os grandes conglomerados econômicos e diversos políticos. No que diz respeito a medidas tomadas no caso de não pagamento (gráfico 12), a grande maioria (78%) acredita que a negociação amigável é a ferramenta mais eficaz, 12% mencionou o protesto e 7% à intervenção de terceiros. conglomerados econômicos e diversos políticos. Embora não tenha sido a causa oficial do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016 (ela foi deposta pela violação da lei de responsabilidade fiscal), a divulgação de que políticos de seu partido (PT - Partido dos Trabalhadores - de esquerda) estavam sob investigação teve um papel decisivo. O vice-presidente, Michel Temer (PMDB, centro), foi empossado, mas a atmosfera política pouco melhorou. Isso não está associado somente aos apoiadores remanescentes de Dilma, mas também pelo fato de integrantes do partido de Temer também estarem sob investigação na Operação Lava-Jato. A instabilidade política no Brasil claramente puxou o freio de mão de sua recuperação econômica.

O índice de incerteza política (EPU, em inglês) comprova essa visão (quanto mais alto, pior). Desde o início da operação lava jato até dezembro de 2016, o índice aumentou cerca de 247 pontos.

No índice Doing Business 2017, do Banco Mundial, o Brasil figura na 37ª posição entre 190 economias em relação à facilidade de cumprimento de contratos. Por exemplo, em média, são necessários 731 dias para a resolução de uma disputa a um custo de 20,7% do valor da dívida. Como comparação, a média para a região da América Latina é de 749 dias, a um custo de 31,3%.



Gráfico n° 12
Ação mais eficaz em caso de não pagamento



Fonte: Coface

1/ O índice EPU (Economic Policy Uncertainty) foi desenvolvido por Baker, Bloom e Davis. Ele foi criado com base no número de palavras-chave que definam incerteza, encontradas na imprensa do país estudado. Ele se relaciona com três diferentes campos: economia, política e incerteza. Esses grupos são subdivididos em categorias diferentes, como gastos públicos, normas financeiras e segurança nacional.



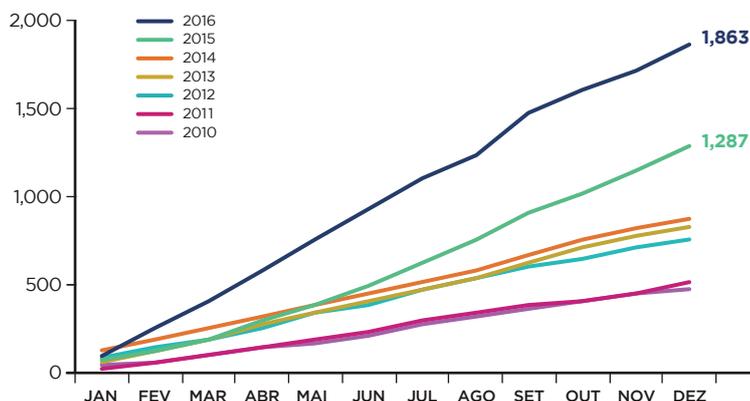
No caso de insolvência, a maioria das empresas entrevistadas (58%) notou que o número de clientes que recorreram à recuperação judicial aumentou no último ano. Essa porcentagem está de acordo com as estatísticas recentes negativas no Brasil. De acordo com a Serasa, o número de empresas que recorreram à recuperação judicial aumentou desde 2015 (gráfico 13), quando foi relatado um aumento de 55% em comparação a 2014. O ano de 2016 não foi diferente e houve uma nova alta de 45% em relação a 2015.

Das empresas que informaram um aumento nos casos de recuperação judicial entre seus clientes, 53% não notaram mudanças no comportamento do cliente antes do processo. Nos últimos anos, o pedido de recuperação judicial tem se tornado cada vez mais comum no Brasil e está afetando empresas de vários portes e setores.

Em teoria, a recuperação judicial se encerra quando a empresa atende a todos os requisitos estipulados em seu plano de recuperação. No entanto, na prática, poucas empresas conseguem se recuperar. Os períodos de carência podem ser de dois anos, com altos deságios e parcelas de pagamento intermináveis. De acordo com o índice Doing Business, a resolução de insolvências no Brasil leva em média 4 anos e custa 12% do valor devido, com médias de taxa de recuperação de 15,8 centavos por dólar. O processo não é eficiente até mesmo quando comparado aos vizinhos emergentes. A média da América Latina é de 2,4 anos, com custo de 4,5% e uma taxa de recuperação de 31 centavos por dólar.

Gráfico n° 13

Número de empresas que solicitaram recuperação judicial (acumulado no ano)



Fonte: Serasa

3

EXPERIÊNCIA DE PAGAMENTO POR SETOR

O contexto desafiador da economia brasileira claramente teve um efeito muito negativo em vários setores. Atualmente, a avaliação de riscos setoriais da Coface não classifica nenhum setor como de baixo risco no país. Os setores de papel e celulose e farmacêutico (ambos com risco médio) mostraram mais resiliência do que outros. Já os setores de metal, energia, construção, automotivo e agroalimentar foram classificados como risco muito alto.

Esse capítulo do relatório analisa os dados da pesquisa de acordo com setores. Como a amostra de determinados setores é muito limitada, os quatro segmentos com menor representatividade (Transportes, hotéis e restaurantes, serviços financeiros e seguradores e indústria de extrativismo) são considerados nesta parte como "outras indústrias".

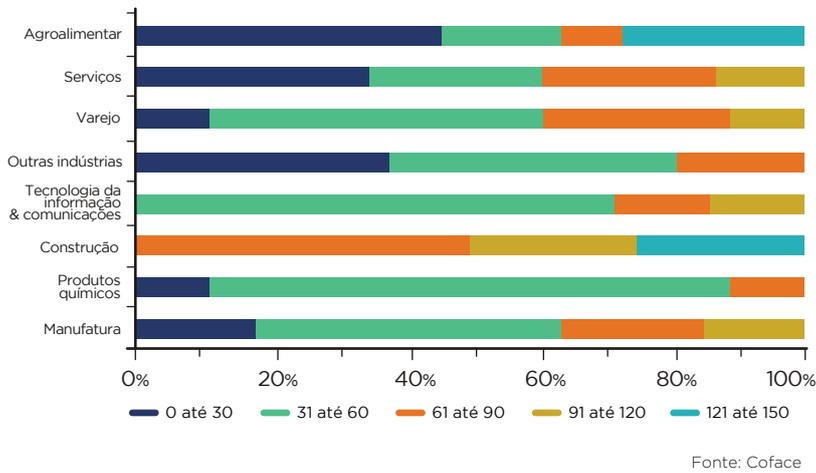
AVALIAÇÃO DE RISCOS SETORIAIS			
Setores	América Latina	Brasil	México
Agroalimentar	Alto Risco	Risco muito Alto	Alto Risco
Automotivo	Alto Risco	Risco muito Alto	Risco melhorou
Químico	Alto Risco	Alto Risco	Alto Risco
Construção	Risco muito Alto	Risco muito Alto	Alto Risco
Energia	Risco muito Alto	Risco muito Alto	Risco muito Alto
TI*	Médio Risco	Alto Risco	Risco melhorou
Metais	Risco muito Alto	Risco muito Alto	Alto Risco
Papel e celulose	Médio Risco	Médio Risco	Médio Risco
Farmacêutica	Médio Risco	Médio Risco	Risco melhorou
Varejo	Alto Risco	Alto Risco	Risco melhorou
Textil	Alto Risco	Alto Risco	Alto Risco
Transportes	Alto Risco	Alto Risco	Médio Risco

*Tecnologia da Informação & Comunicações

■ Baixo Risco
 ■ Médio Risco
 ↗ Risco melhorou
■ Alto Risco
 ■ Risco muito Alto
 ↘ Risco piorou

Fonte: Coface

Gráfico n° 14
Prazo médio de vendas a prazo por setor



A média dos prazos de venda a crédito diverge entre os setores (gráfico 14), embora ela não ultrapasse 60 dias na maioria dos casos. Apenas os setores de construção e agroalimentar concederam períodos de crédito maiores que 120 dias. Curiosamente, o único setor que não relatou períodos de venda abaixo de 60 dias foi o de construção.

Em termos de comportamento de pagamento por setor (gráfico 15), os atrasos parecem ser frequentes em quase todos os setores. O setor de TI e o de construção foram os mais afetados, já que todas as empresas (100%) relataram problemas de pagamento. Surpreendentemente, o setor menos afetado foi o de varejo, com 36,8%. De certa forma, esse é um resultado inesperado, devido ao baixo desempenho do varejo recentemente (-6,2% em 2016). As vendas no setor foram influenciadas pela alta do desemprego (taxa média de desemprego de 11,5% em 2016 ou +3,1 pontos percentuais em um ano). No entanto, deve-se notar que nosso banco de dados limitado pode ter influenciado esse resultado.

A média de dias de atraso por setor é, em grande parte, de até 30 dias. Os únicos setores que relataram atrasos superiores a 121 dias foram os de construção e agroalimentar. Ambos trabalham com prazos de pagamento relativamente mais longos, conforme vimos no gráfico anterior. Por fim, também é interessante notar que nenhum dos casos analisados nesta pesquisa excedeu 150 dias.

Gráfico n° 15
Atrasos por setor

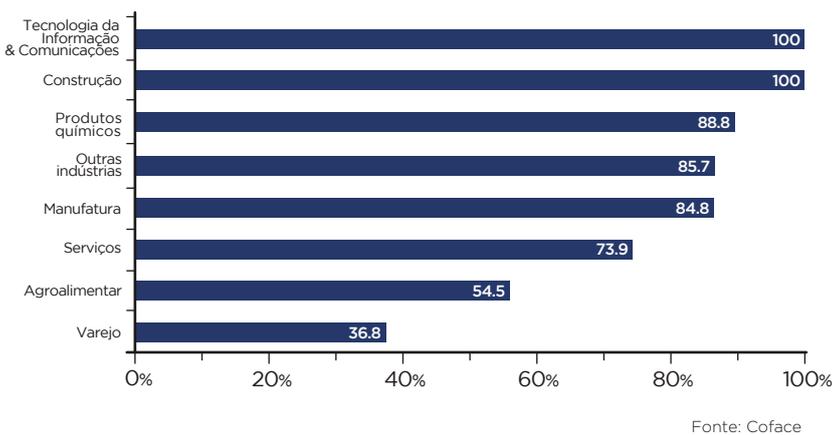
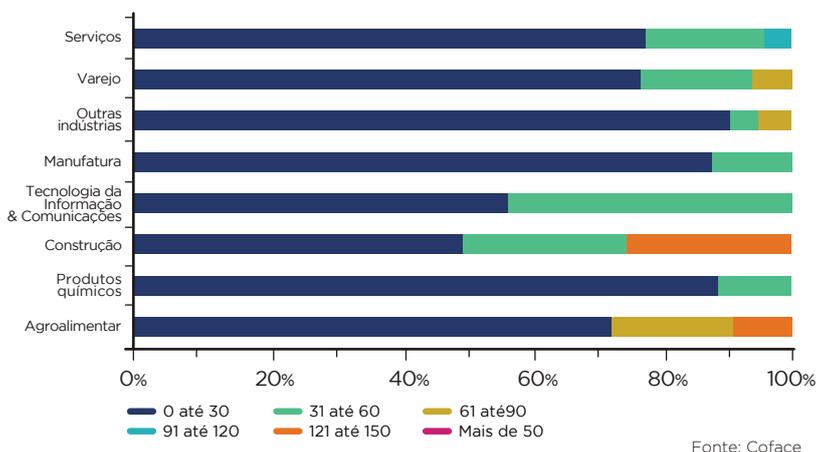


Gráfico n° 16
Distribuição de dias de pagamento em atraso por setor



RESERVATION

This document is a summary reflecting the opinions and views of participants as interpreted and noted by Coface on the date it was written and based on available information. It may be modified at any time. The information, analyses and opinions contained in the document have been compiled on the basis of our understanding and interpretation of the discussions. However Coface does not, under any circumstances, guarantee the accuracy, completeness or reality of the data contained in it. The information, analyses and opinions are provided for information purposes and are only a supplement to information the reader may find elsewhere. Coface has no results-based obligation, but an obligation of means and assumes no responsibility for any losses incurred by the reader arising from use of the information, analyses and opinions contained in the document. This document and the analyses and opinions expressed in it are the sole property of Coface. The reader is permitted to view or reproduce them for internal use only, subject to clearly stating Coface's name and not altering or modifying the data. Any use, extraction, reproduction for public or commercial use is prohibited without Coface's prior agreement. Please refer to the legal notice on Coface's site.

COFACE

Praça João Duran Alonso, 34 - 12  andar
S o Paulo - SP - 0457-070
Brasil

www.coface.com.br